



A PROTOINFORMAÇÃO COMO BASE DO FAZER DOS EQUIPAMENTOS INFORMACIONAIS

Oswaldo Francisco de Almeida Júnior

Doutor e Mestre em Ciências da Comunicação, pela ECA/USP; Professor Associado da Universidade Estadual de Londrina, Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UNESP/Marília, Professor colaborador do Mestrado Profissional em Biblioteconomia da UFCA. ofaj@ofaj.com.br

Resumo

Na área da Ciência da Informação e, em igual medida, nas da Arquivologia e da Biblioteconomia, lidamos com uma concepção da informação que, quando relacionada ao objeto dessas áreas, não atende a todos os fazeres desenvolvidos nelas e nem satisfaz a indagações, questões e reflexões que sobre isso são comumente apresentadas. Entendendo o objeto da Ciência da Informação como sendo a informação registrada, descartamos como ilegítimas várias ações e atividades desenvolvidas nos equipamentos informacionais. Mais: privilegiamos um determinado núcleo como o mais importante dessas áreas – ou como é comumente chamado, o núcleo duro delas. Apresenta-se e discute-se, a partir das ideias que levaram à sua concepção, a ideia de Protoinformação, subsidiando a proposta de mudança do objeto delas para a Mediação da Informação.

Palavras Chave: Protoinformação; Mediação da Informação; Apropriação da Informação.

A relação entre a Arquivologia, a Biblioteconomia, a Ciência da Informação e a Museologia, tem concepções próximas e diferentes de acordo com os autores dessas áreas. A ideia mais geral, aceita e disseminada é a que entende a Ciência da Informação como um grande guarda-chuva que abarca as outras três áreas. No Brasil, agências de fomento à pesquisa, a partir de discussões específicas realizadas por pesquisadores, determinou a Ciência da Informação como uma grande área, tendo sob ela a Arquivologia e a Biblioteconomia. A Museologia, por seu lado, é entendida como uma área no mesmo plano da Ciência da Informação.

Essa concepção – que entendo ser a hegemônica na área – pode ser encontrada na fala de vários autores, embora muitas vezes, não de maneira explícita.

Dentro ainda dessa concepção, e como uma consequência dela, há a defesa de que a Ciência da Informação se dedica às teorias enquanto as outras três voltam-se para aspectos mais práticos, mais aplicados do que diz respeito à informação. Assim, a Ciência da Informação – como uma pequena, uma micro “Divisão Social do Trabalho” – incumbe-se com a formulação de teorias – com o pensar – enquanto a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia aplicam o determinado nas pesquisas da Ciência da Informação - ficam com o fazer.

Em um texto mais antigo, traduzido no Brasil em 1980, Shera (1980, p.99) afirma que “É possível que a Ciência da Informação não tenha, todavia, uma base teórica, porém procura encontrá-la nas disciplinas em que se apóia e é, por sua vez, a base teórica da prática biblioteconômica.” Hagar Espanha Gomes (1980, p.8) defende que Shera “contesta que haja uma nova disciplina. Para ele o que existe é uma biblioteconomia em ‘tom maior’”.

Outro entendimento limita-se a afirmar a existência da Ciência da Informação tendo nascida da Biblioteconomia, mas, agora, prescindindo dela. O livro de Le Coadic, provavelmente o livro mais usado no Brasil sobre Ciência da Informação, afirma isso.

De origem anglo-saxônica, a ciência da informação nasceu da biblioteconomia, tomando, portanto, como objeto de estudo a informação fornecida pelas bibliotecas, fossem elas públicas, universitárias, especializadas ou centros de documentação. A leitura pública e a história do livro constituíram então a matéria dos primeiros estudos que foram realizados. Mais tarde, a informação referente às ciências, às técnicas, às indústrias e ao Estado tomou a dianteira sobre esses assuntos, dinamizada pelo advento da tecnologia da informação e as necessidades crescentes de informação dos setores científicos, técnicos e industriais, bem como do grande público. A ciência da informação construiu-se, portanto, e se fundamenta atualmente, sobre essa base informacional. (LE COADIC, 1996, p.2-3)

Especificamente dentro da Ciência da Informação, a ideia que prevalece é a que restringe seu interesse nas informações científicas e tecnológicas e, sempre, com o emprego das TIC - Tecnologias da Informação e da Comunicação. Essa tendência advoga o nascimento da Ciência da Informação a partir das concepções apresentadas em um artigo de autoria de Vannevar Bush, publicado em 1945. Nele, tal autor

identificava um problema concreto (a ‘explosão’ informacional, isto é, o crescimento do número de documentos, e a dificuldade resultante disso na recuperação da informação) e uma possível solução: a automatização dos processos de recuperação. Para tanto chegou a imaginar um mecanismo, a que deu o nome de *memex* (de *memory extension*). (ARAUJO, 2014, p.107).

Ainda no âmbito das origens da Ciência da Informação, Marisa Russo destaca o pensamento de outra autora no seguinte trecho:

Sambaqui (1978) apresentou uma reflexão muito pertinente sobre a interface entre as áreas dedicadas à informação, utilizando para tal a genealogia bíblica, na qual a Biblioteconomia gerou a Bibliografia, esta gerou a Documentação, que por sua vez gerou a Ciência da Informação. Se a paráfrase retrata ou não a verdadeira gênese das áreas nomeadas, o que se apreende é que a relevância maior da interrelação dessas disciplinas repousa no fato de que todas – cada uma com as suas especificidades – têm a finalidade de facilitar o acesso ao volume cada vez mais crescente da produção de conhecimento no mundo. (RUSSO, 2010, p.560)

Além de Vannevar Bush, Paul Otlet também é citado, com muito mais incidência, como um autor cujas ideias dão bases teóricas para o surgimento da Ciência da Informação. Jaime Robredo, por exemplo, enfatiza a importância de Paul Otlet – e da Documentação – para a Ciência da Informação (ROBREDO, 2003, p.39 et seq.)

Entre outras, há também:

Constata-se, também, que a linha de pensamento informacional não se constitui materialmente, dado que cada autor elege uma abordagem sem contrapô-la a outras abordagens ou ênfases. Assim, como Naudé priorizou, em 1627, o acesso a uma informação que deveria representar a diversidade de correntes de pensamento, no final do Século XIX, Dewey enfatizou a coleção bibliográfica e a organização de serviços para usuários segmentados. Quase no mesmo período Otlet promoveu a ruptura entre o contexto e seu suporte, enfatizando o acesso e a recepção da informação. Como se pode observar, a história do pensamento constitutivo da Ciência da Informação enfeixa, pelo menos, três linhas de pensamento posteriormente ignoradas. Dito em outros termos, a Ciência da Informação, guardiã da preservação da memória social, não atribui a devida importância a sua própria memória. (TÁLAMO; SMIT, 2007, p.46)

Por outro lado, há concepções que entendem como áreas distintas, tanto a Arquivologia como a Biblioteconomia, a Ciência da Informação e a Museologia. Apesar de distintas essas áreas teriam entre si um constante diálogo, uma constante relação, uma constante interação.

O mesmo se dá com a ideia de informação pública na Ciência da Informação. Apesar de “quase” descartada pelos que apontam a origem dessa ciência a partir das propostas do texto de Vannevar Bush – ou seja, uma ciência cujo interesse está voltado para a informação, mas a informação registrada, tratada a partir de aparatos tecnológicos e voltada para a ciência e a tecnologia (informações científicas e tecnológicas) –, outros autores incluem entre os interesses da Ciência da Informação, a informação pública. Tais autores estão mais identificados com uma

postura relativa à informação que podemos chamar de informação social ou como tendo um olhar mais social, mais público sobre a informação.

O objeto da Ciência da Informação, a partir de um entendimento matemático da informação – e, em igual medida, da Arquivologia da Biblioteconomia e da Museologia – não atende a todas as ideias, teorias, concepções, entendimentos, interesses, preocupações e fazeres desenvolvidos nelas e nem satisfaz as indagações, questões e reflexões que são comumente apresentadas. Particularmente, não entendo o objeto dessas áreas como sendo a informação registrada, nem apenas a informação, visto ser ela de interesse de inúmeras outras áreas, mas como a mediação da informação. A informação registrada – ou como aponta Le Coadic, gravada -, descarta como ilegítimas várias ações e atividades desenvolvidas nos equipamentos informacionais. Mais: privilegia um determinado núcleo como o mais importante dessas áreas – ou como é comumente chamado, o núcleo duro delas.

O objeto da área, entendido como a informação registrada descartaria as atividades culturais, entre elas ou de maneira expressiva, a ação cultural, a animação cultural, a animação da leitura? E as informações efêmeras (a informação virtual, a informação eletrônica, a informação online, as informações etéreas)?

E a oralidade? Um dos grandes fazeres, ao menos das bibliotecas escolares e públicas, é a contação de histórias. Essa ação, independente de estar voltada mais para o fomento da leitura do que propriamente para a informação, deve ser considerada como não vinculada à Biblioteconomia ou à Ciência da Informação, uma vez que trabalha com a oralidade e esta não pode ser registrada ou organizada – a não ser que se transforme em algo gravado ou filmado, deixando de ser o que se entende por oralidade?

A defesa da mediação da informação como objeto das áreas do meu interesse neste texto permite que as ações e formas de disseminação da informação possam fazer parte dos interesses e preocupações da área.

O olhar sobre o conceito, sobre a concepção da informação sempre preocupou todos os que pesquisam e estudam as áreas. A procura por seu entendimento acompanhou historicamente as preocupações tanto da Biblioteconomia, da Arquivologia, da Museologia como, mais recentemente, da Ciência da Informação. Alguns aspectos são importantes nas discussões e

reflexões sobre o tema aqui estudado, como, por exemplo, o momento em que essas áreas começam a se preocupar, efetivamente, com o usuário; quando buscam um equilíbrio entre a preservação de documentos e a disseminação deles; quais são as concepções que levam da preocupação principal com os aspectos extrínsecos dos documentos para a inclusão também de seus aspectos intrínsecos; quando as áreas passaram a entender a informação como seu principal foco; em que momento o usuário passa a ter um papel de co-partícipe dos trabalhos dos equipamentos informacionais etc.

A biblioteca, entendida como um equipamento informacional, historicamente se posicionou ao lado dos que determinavam quais os segmentos do conhecimento humano que deveriam ser preservados e legados para a humanidade. Esse posicionamento determinou que alguns conceitos de informação fossem assumidos e estivessem na base das ideias que definiram sua existência. Aliás, definem até hoje. Há autores que entendem a história da Biblioteconomia como a história das técnicas bibliotecárias (SERRAI, 1975). Os marcos históricos dessa área estão relacionados e vinculados a instrumentos de ação técnica. Dessa forma, a sustentação e defesa de uma informação objetiva, tangível, manipulável é essencial para justificar a forma como se dá o trabalho nesse equipamento informacional. Um autor por demais conhecido (BUCKLAND, 1991), traz a ideia da informação como “coisa”, o que atende a essa procura pela justificativa da atuação voltada para as técnicas, além de, tal atuação, ser entendida como núcleo duro da área.

Da mesma forma, as discussões sobre a materialidade – entendida aqui como algo concreto, palpável e tangível – ou a subjetividade da informação sempre preocuparam os pesquisadores das áreas que lidam com a informação.

A área da gestão da informação entende – boa parte de seus pesquisadores – que o conhecimento explícito, quando exteriorizado, transforma-se em informação. Esta, nos equipamentos informacionais, é selecionada, armazenada, organizada (podendo esta última ordem ser alternada) e disseminada.

A informação – o conhecimento explícito exteriorizado – nasce (se, de fato, ela nasce) já com significados apostos pelo “produtor” da informação. Os sujeitos constroem seu conhecimento individualmente, mas sempre a partir a relação com o mundo, com os outros. Assim, o conhecimento que gerou a informação explicitada, não é “produto” isolado, apenas de um único

e só produtor. Dentro desse pensar, a informação, assim como foi gerada, não está construída, mas vai se constituindo agregando significados até a apropriação por parte de um interessado ou de um incauto receptor (na medida em que nem toda apropriação é consciente ou totalmente consciente). A apropriação não é única, não se dá a partir de uma única e exclusiva maneira. A apropriação da informação pressupõe o entendimento do conteúdo presente e veiculado por esses suportes. A ideia de apropriação leva em conta o acervo de conhecimentos, experiências, entendimento de mundo, referenciais do sujeito informacional, bem como o produtor informacional, os equipamentos informacionais, os mediadores da informação, o momento da interação, etc. A apropriação não se dá apenas pelo sujeito informacional, as deve considerar a história dele, do espaço onde está, do contexto em que vive e viveu, dos dispositivos que possibilitam o contato com algo que veicula e dissemina a informação (e que interferem no processo de mediação) etc.

A informação, como a entendo, não dirime dúvidas, não cobre lacunas cognitivas, mas cria conflitos. A informação não resolve conflitos, mas os cria e de maneira diferente para cada pessoa. A ideia de “transferência da informação” cai por terra quando entendemos que a informação é diferente para cada pessoa – sem nos esquecermos da intencionalidade do “produtor” e de todos que, de alguma maneira, interferiram em seu ciclo de vida (é possível que o ciclo de vida da informação não tenha um final, que ela sobreviva, de maneira inquieta, latente e mutante no sujeito, interferindo continuamente em seu conhecimento).

A partir dessas ideias, a informação é um processo, vai se alimentando de significados que não necessariamente fazem sentido para todos os sujeitos. Estes, não possuem o poder de dominar, de escolher as informações das quais se apropriarão. Muitas, se não a maioria, das informações são apropriadas inconscientemente e carregam interesses (econômicos, políticos, sociais, culturais etc.) dos quais elas, informações, estão prenas, estão envoltas, estão impregnadas.

A defesa que faço aqui é a de que, nos equipamentos informacionais, não trabalhamos com a informação, visto que sua construção é um processo e sua existência depende do sujeito que a apropriará, mas como uma “quase-informação”, uma “informação-latente”, uma “possível-informação”, uma “talvez-informação”. Prefiro chama-la de “protoinformação”. Os equipamentos informacionais trabalham com uma protoinformação, uma informação que talvez seja informação, a depender da apropriação de cada sujeito.

Os equipamentos informacionais selecionam informações para organizá-las e armazená-las a partir do que entendem ser os interesses médios dos sujeitos para os quais oferecem serviços e realizam ações, em suma, para os quais devem sua existência. Os interesses médios, claro, não significam os interesses individuais. A concretização da informação – que não ocorre a partir de algo concreto, palpável, tangível, como dito anteriormente – não pode prescindir do sujeito informacional (aqui entendido como se constituindo não só dos seus interesses informacionais, mas de todas as suas necessidades, interesses e desejos pessoais e de sua relação com o mundo). Dessa forma, é impossível determinar a priori a “existência” de uma informação. Sendo ela uma construção – que recebe constantes significados e sentidos – não há forma de entendê-la como informação em qualquer momento desse processo. Trabalhamos sempre, assim, com uma possível-informação, uma quase-informação, uma talvez-informação, uma protoinformação.

A ideia de protoinformação forma-se com base no conceito de informação apresentado, em especial quando se a concebe como criadora de conflitos e se constituindo em um processo, sem existir previamente. Também se vale da ideia de interferência do profissional que atua nos equipamentos informacionais. Essa interferência também está na base da ideia de mediação da informação. Em 2009 propus um conceito para mediação da informação (ALMEIDA JÚNIOR, 2009), atualizado em 2015. No conceito atualizado, mediação da informação é

Toda ação de interferência – realizada em um processo, por um profissional da informação e na ambiência de equipamentos informacionais –, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; visando a apropriação de informação que satisfaça, parcialmente e de maneira momentânea, uma necessidade informacional, gerando conflitos e novas necessidades informacionais. (p.25)

A ideia de interferência, a de processo, a de ambiência, a de apropriação e a de conflito estão explícitas e embasam muito das discussões apresentadas neste texto.

Para finalizar, creio que deve ser salientada a importância de, neste momento, discutirmos a concepção de recuperação da informação. Especificamente na área da Biblioteconomia, essa ideia é central e pouco questionada. Ela é assumida como algo consolidado, sedimentado, inalterável, indiscutível. Mas, a pergunta que deve ser feita: qual a informação a ser recuperada? Quem determina a importância da informação retirada de um amplo universo? Será que a informação recuperada atende e satisfaz as necessidades, interesses e desejos daqueles que buscam por ela? As informações que estão disponíveis refletem todos os entendimentos de

mundo, dão voz e fala a todas as concepções, ideias, conceitos? Ou apenas reproduz um conhecimento acumulado que atende a interesses de determinados e específicos grupos?

A ideia de protoinformação exige mudanças em nossas concepções sobre recuperação da informação, assim como os conceitos de informação norteados para o social e a mediação da informação impuseram mudanças e transformações na forma de se ver a informação com a qual os equipamentos informacionais trabalham.

Referências

Almeida Júnior, O. F. (2015). Mediação da informação: um conceito atualizado. In: Bortolin, S., Santos Neto, J. A. dos, & Silva, R. J. da. (Orgs.). *Mediação oral da informação e da leitura*. Londrina: ABECIN. p.9-32.

Almeida Júnior, O. F. (2009). Mediação da informação e múltiplas linguagens. *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*, Brasília, 2(1), 89-103, jan./dez. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/277162051_MEDIACAO_DA_INFORMACAO_E_MULTIPLAS_LINGUAGENS>. e <<http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000007770/7f7019d537ab408a10196b4d752bb50d>>

Araujo, C. A. Á. (2014) *Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação: o diálogo possível*. Brasília: Briquet de Lemos/Livros / São Paulo: Associação Brasileira de Profissionais da Informação (ABRAINFO). 200p.

Buckland, M. K. (1991). Information as thing. *Journal of American Society for Information Science*. n. 42, v. 5, p. 351-360.

Gomes, H. E. (Org.). (1980). Apresentação. In: _____. *Ciência da Informação ou Informática?* Rio de Janeiro: Calunga. 105p. p.7-8.

Le Coadic, Y. (1996). *A ciência da informação*. Brasília: Briquet de Lemos/Livros. 119p.

Robredo, J. (2003). *Da Ciência da Informação revisitada aos sistemas humanos de informação*. Brasília: Thesaurus; SSRR Informações. 262p.

Russo, M. (2010). *Fundamentos em Biblioteconomia e Ciência da Informação*. Rio de Janeiro: E-papers Serviços Editoriais. 178p.

Serrai, A. (1975). História da biblioteca como evolução de uma ideia e de um sistema. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*. Belo Horizonte, 4(2), 141-61, set.

Shera, J. H. (1980). Sobre Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. In: Gomes, H. E. (Org.). *Ciência da Informação ou Informática?* Rio de Janeiro: Calunga. 105p. p.90-105.

Tálamo, M. de F. G. M.; & Smith, J. W. (2007). Ciência da Informação: a transgressão metodológica. In: Pinto, V. B., Cavalcante, L. E., & Silva Neto, C. (Orgs.). *Ciência da Informação: abordagens transdisciplinares, gêneses e aplicações*. Fortaleza: Edições UFC. 261p. p.23-46)